



A advogada Josy Veiga atua na defesa das pessoas com transtorno do espectro autista (TEA)

saúde; morosidade no acesso à consulta que visa o diagnóstico e o tratamento pelo sistema público; o descumprimento de deveres de adaptação e inclusão por instituições de ensino. “Existe a sobrecarga emocional, a falta de rede de apoio e a assimetria de informação”, detalha Josy.

Muitas mães, de acordo com ela, desconhecem os mecanismos legais disponíveis e enfrentam um sistema burocrático enquanto já estão exaustas, não apenas fisicamente, mas, principalmente, na parte mental. “O Brasil tem uma Constituição que garante acesso à saúde, à educação. Possui normas importantes de proteção à pessoa com deficiência, mas, na prática, não há a real efetividade das normas. Na saúde, o diagnóstico tardio e a demora excessiva para laudos comprometem o desenvolvimento da criança. E sem laudo muitos direitos ficam inacessíveis.”

Na educação, embora a inclusão seja prevista legalmente, ainda há despreparo técnico nas instituições para lidar com as necessidades específicas desses alunos. E a falta de capacitação adequada para o manejo pedagógico e comportamental desse público gera exclusão velada dentro do próprio ambiente escolar. Segundo a advogada, o sistema jurídico ainda não reconhece plenamente o impacto estrutural do cuidado exercido em tempo integral pelas cuidadoras, na grande maioria dos casos, as genitoras.

Há previsões pontuais — como flexibilização de jornada para servidoras públicas e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) quando preenchidos os requisitos legais —, mas não existe uma política pública abrangente, que reconheça o cuidado como atividade socialmente relevante com reflexos previdenciários e econômicos. “Na prática, muitas mulheres sofrem perdas financeiras e estagnação profissional sem qualquer compensação legal proporcional. Há projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados (PL 1520/25), para remunerar essas mães, porém, ainda em análise”, comenta.

Para que haja uma mudança de fato, Josy acredita que projetos voltados à consolidação de uma política nacional de cuidados integral à família, não apenas à pessoa com TEA, que possa garantir o acolhimento, também, para as mães, pois elas cuidam de pessoas em tempo integral, mas muitas delas não são cuidadas. Com esse objetivo, de defender uma causa tão bonita, repleta de vivência pessoal e profissional, a advogada faz da dor que conheceu há uma década o motivo pelo qual vive todos os dias.

Cansaço, sobrecarga e potencial

Quando assumem papéis de liderança, sobretudo em movimentos sociais, mulheres enfrentam desafios,

nem sempre tão invisíveis. Camila Potyara Pereira, socióloga, professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB), ressalta que essa cultura de ódio está enraizada na sociedade.

“Assim, não há espaço livre de machismo, nenhum lugar é 100% seguro para as mulheres. E por ser estrutural, muitas vezes, ele passa despercebido, como normal ou natural”, acrescenta a especialista. Dessa forma, quando elas ocupam cargos de destaque, frequentemente precisam se esforçar o dobro para serem minimamente reconhecidas e respeitadas. Entre machistas, paira sempre a dúvida de: como foram parar ali?

Além disso, são cobradas a não deixarem de lado suas responsabilidades domésticas. E na maioria das vezes, não podem, de fato, deixar: acumulam sua atuação social com o cuidado da família e do lar. A sobrecarga desanima, adoece e interrompe a trajetória de muitas mulheres potentes. Habilidades essenciais em papéis de liderança, como firmeza, assertividade e confiança, em mulheres são interpretadas como “histeria”, “grosseira” ou “autoritarismo”.

Por outro lado, a capacidade de mediação de conflitos, a escuta atenta, a empatia, são julgadas como “fraqueza”. O machismo, velado ou não, gera a síndrome do impostor, na qual mulheres competentes, inteligentes e extremamente qualificadas duvidam de si mesmas e de suas capacidades. “Fora, claro, que a exposição política e socialmente posicionada as expõe a riscos nada invisíveis de sofrerem violências verbais, físicas, sexuais e potenciais vítimas de feminicídios”, analisa Camila. Na visão da socióloga, o machismo não afeta todas as mulheres da mesma maneira.

A intersecção de diferentes marcadores sociais, como raça, classe, orientação sexual, identidade de gênero e etnia, potencializa ou suaviza as violências. “Uma mulher negra, com deficiência, lésbica e periférica experimenta violências muito diversas das que afetam uma mulher branca, heterossexual e financeiramente independente”, aponta. E pior, esses marcadores sociais acumulam as opressões. “Aquele mulher negra vai ser vítima de racismo, lesbofobia, capacitismo, xenofobia, classismo, muitas vezes, também praticadas por mulheres brancas.”

Segundo a especialista, estudos demonstram que a dor de uma mulher branca comove mais do que a dor de uma mulher negra, embora essas sejam as maiores vítimas de feminicídios, de violências domésticas, de violências obstétricas, de fome e insegurança alimentar, de catástrofes naturais, e de doenças tratáveis. Um ativismo sério, que lute pela vida digna das mulheres, não pode desconsiderar essas questões.

Tem sido uma jornada de propósito, responsabilidade e muita satisfação. Cada família que atendo carrega cansaço, insegurança e medo de ter direitos negados. Atuar nessa área é mais do que exercer a advocacia — é devolver dignidade e acesso. É uma missão. Minha atuação profissional e minha vivência pessoal caminham juntas. Não defendo só processos, defendo histórias”, afirma.

Desafios e transformações

No dia a dia, além das barreiras estruturais, há, ainda, diversos obstáculos vistos pela advogada como principais na luta pela inclusão, como negativas recorrentes de cobertura de terapias por planos de